

# CÂMARA MUNICIPAL

DE

**LAGOA – AÇORES**

**ATA N.º 26/2018**

**DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 28 DE DEZEMBRO DE 2018**

(Contém 14 Folhas)

**ESTIVERAM PRESENTES OS SEGUINTE MEMBROS:**

PRESIDENTE – CRISTINA DE FÁTIMA SILVA CALISTO

VEREADOR – CARLOS AUGUSTO BORGES RODRIGUES FURTADO

VEREADORA – ALBERTINA MARIA COSTA OLIVEIRA

VEREADOR – NELSON ANTÓNIO ROSA DOS SANTOS

VEREADOR – ROBERTO MANUEL DE SOUSA OLIVEIRA

**FALTARAM OS SEGUINTE MEMBROS:**

VEREADOR – RICARDO NUNO FERREIRA MARTINS MOTA

VEREADOR – FERNANDO JORGE VENTURA MONIZ



**CÂMARA MUNICIPAL****DE****LAGOA – AÇORES****ATA N.º 26/2018****DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 28 DE DEZEMBRO DE 2018**

Aos vinte e oito dias do mês de dezembro do ano dois mil e dezoito, nesta cidade de Lagoa, na Sala de Reuniões do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Lagoa, sob a Presidência da Exma. Senhora Cristina de Fátima Silva Calisto, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, e com a presença dos Exmos. Senhores Vereadores: Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado; Albertina Maria Costa Oliveira; Nelson António Rosa dos Santos e Roberto Manuel de Sousa Oliveira.

Não compareceram à reunião os Senhores Vereadores Ricardo Nuno Ferreira Martins Mota e Fernando Jorge Ventura Moniz.

Sendo a hora designada para o início dos trabalhos e verificando-se haver «quórum» para funcionamento do executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, a Excelentíssima Senhora Presidente declarou aberta a reunião, pelas 09:00 horas.

A reunião foi secretariada por Maria da Estrela Aguiar, Técnica Superior, do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos.

**ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:**

A Senhora Presidente da Câmara propôs à aprovação de todos os membros a ata da reunião ordinária de 14 de dezembro de 2018.

A Câmara tomou conhecimento e a ata da referida reunião foi aprovada, por unanimidade, conforme disposto no número 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e será assinada pela Senhora Presidente e por quem secretariou a reunião.



**JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS:**

A Senhora Presidente deu conhecimento à Câmara que justificou as faltas dos Senhores Vereadores Ricardo Nuno Ferreira Martins Mota e Fernando Jorge Ventura Moniz, de acordo com a alínea c) do artigo 39.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, competência que foi delegada em reunião de 25 de outubro de 2017.

A Câmara tomou conhecimento.

**ANTES DA ORDEM DO DIA:****COMÉRCIO LOCAL – NATAL DE 2018:**

Foi feita uma reflexão sobre o comércio local, neste Natal de 2018 e houve troca de impressões sobre o assunto.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que este ano foi o pior ano, em termos de vendas, nesta época de Natal.

A Senhora Presidente informou que quando visitaram o comércio tradicional, em véspera de Natal, os comerciantes disseram que este ano estava a ser fraco, em termos de vendas, porque há uma nova realidade. As pessoas no mês de novembro deslocaram-se a Lisboa para fazer as suas compras e isto teve um impacto na economia local.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que o fim-de-semana de 15 e 16 de dezembro, em que a Câmara Municipal de Lagoa desenvolveu várias atividades durante a campanha “Neste Natal valorize o Comércio Local”, não foi a melhor data. Mais referiu, que atualmente há um novo paradigma de vida e as pessoas têm outras opções.

A Senhora Presidente informou que se optou por aquele fim-de-semana, com base na reflexão do ano anterior e na opinião dos empresários, que entenderam que não podia ser no fim-de-semana de 8 de dezembro.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que a Câmara Municipal não tem obrigação nesta área, mas ao promover este apoio, deveria mudar o formato da campanha. As pessoas não compram mais por haver animação ou iluminação de Natal. Em sua opinião, deveria haver algo mais atrativo, como por exemplo um sorteio anual, tendo como prémios um cruzeiro para duas pessoas ou uma viagem a Paris, e que tenha por base as compras feitas no comércio tradicional ao longo do ano, sendo que na época do Natal poderiam os tickets serem concedidos em dobro, com vista a potenciar as vendas naquela época, todavia este formato impulsionava as vendas durante todo o ano, fazendo com que desta forma os clientes voltassem a acostumar-se a fazer as suas compras no comércio tradicional, uma vez que se verifica que o aumento de faturação na quadra natalícia já não é relevante, dado que as



peessoas já não esperam por estes calendários para efetuar as suas compras. Acrescentou ainda que, algo deverá ser feito pelo comércio tradicional, pois na atual situação com os hábitos atuais das pessoas, dentro de 10 a 15 anos, metade do comércio da Lagoa terá fechado as portas.

A Senhora Presidente informou que já têm uma reunião marcada no início do ano de 2019, para planear o Natal de 2019. Com base na experiência deste ano, irão antecipar o programa de Natal do próximo ano, mas a realidade atual é diferente e continuará a existir posições diferentes.

Mais referiu a Senhora Presidente que foi opção da Câmara Municipal não haver, este ano, o Mercadinho de Natal, mas os comerciantes da Freguesia de Nossa Senhora do Rosário já disseram que faltou o Mercadinho de Natal, porque este atrai movimento naquela Freguesia. Se a Câmara Municipal não tivesse promovido animação naquele fim-de-semana, hoje estariam a discutir que a Câmara Municipal não fez nada. Concluiu a Senhora Presidente dizendo que vão preparar um modelo diferente para o próximo ano.

A Câmara tomou conhecimento.

#### **“CIDADE DO PRESÉPIO”:**

Sobre a reportagem “Lagoa tem potencial para ser “Cidade do Presépio” no Natal”, publicada, no Açoriano Oriental de 25 de dezembro de 2018, o Senhor Vereador Roberto Oliveira referiu que é uma ideia interessante e que deveria ser pensada.

A Senhora Presidente disse que, como já referiu, têm uma reunião marcada no início do ano de 2019, para planear o Natal de 2019 e em várias vertentes, incluindo a área do Presépio, que será nuclear.

A Senhora Vereadora Albertina Oliveira acrescentou que esta mensagem já tinha sido transmitida aquando da inauguração da 2.ª fase do Núcleo do Presépio, no passado dia 21 de dezembro, no Convento dos Franciscanos.

A Câmara tomou conhecimento.

#### **RUA DE SÃO JOSÉ NA FREGUESIA DA RIBEIRA CHÃ:**

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado questionou se está nos planos de ação, a Câmara Municipal de Lagoa em conjunto com o Governo Regional dos Açores, tentar resolver o problema da Rua de São José, na Freguesia da Ribeira Chã.

A Senhora Presidente perguntou ao Senhor Carlos Augusto Furtado o que entende que tem de ser feito e como interpreta o problema da Rua de São José, na Freguesia da Ribeira Chã.



O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado respondeu que entende que o problema da Rua de São José, na Freguesia da Ribeira Chã é como uma "bomba relógio", mas sem relógio, porque a qualquer momento pode ocorrer uma nova derrocada.

A Senhora Presidente referiu que, de acordo com o relatório emitido pelo LREC – Laboratório Regional de Engenharia Civil, foi identificado um troço na Rua de São José, como zona de risco, com 6 habitações, sendo que uma habitação já se encontra desocupada. A notícia que o PSD fez sobre este assunto, coloca duas ruas na zona de risco, quando o LREC identifica apenas um troço na Rua de São José. Nessa rua, o Senhor José Pacheco comprou uma segunda habitação, fez obras, construiu uma escada e colocou a sua família lá a viver, o que não é coerente, com o que defendem publicamente.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado comentou que talvez aquando da compra dessa habitação não tivesse consciência da situação.

A Senhora Presidente referiu que ele já possuía uma habitação antes de 2011, mas a segunda habitação foi adquirida em data posterior.

A Senhora Presidente expôs que o relatório emitido pelo LREC refere que, presentemente, não houve evolução do problema. Recomendam a manutenção da interdição do trânsito na rua por forma a não criar cargas dinâmicas ao talude e a colmatação/selagem das juntas e das fendas existentes no pavimento da rua com o objetivo de evitar a infiltração de água. Mais informou que os proprietários daquelas 6 habitações foram contactados pela Câmara Municipal, com vista à aquisição das mesmas. Não houve acordo com os proprietários, atendendo que o valor da avaliação não permitiria adquirir uma nova habitação. As pessoas querem uma nova habitação na Freguesia da Ribeira Chã. Alguns moradores daquelas habitações são rendeiros, os proprietários são emigrantes e não querem vender as suas habitações. O Governo Regional enviou um Contrato ARAAL que depois foi devolvido na sequência do não acordo com os proprietários das habitações.

A Senhora Presidente disse que, em sua opinião, não é coerente que alguém que se debata tanto com o problema da freguesia da Ribeira Chã, coloque a sua família a viver naquela rua. Em seu entender, a garantia que a situação está bem é também o facto do Senhor José Pacheco continuar a viver lá e ainda comprar mais uma habitação e reabilitá-la. A menos que possa ver no processo se licenciou as obras que fez.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado disse para a Senhora Presidente verificar o processo de licenciamento, sendo necessário ter alguma moderação naquilo que se diz. O Senhor José Pacheco comprou aquela casa em data anterior, ao parecer do LREC de 2011. Tem conhecimento que ele não aumentou um metro quadrado naquela habitação. Fez uma abertura na placa e construiu uma escada para o primeiro andar, porque não havia acesso pelo interior. Disse, ainda, que ele comprou aquela habitação, pois considerou que talvez fosse um bom negócio e estava longe de saber deste problema.



A Senhora Presidente referiu que ele sabia e foi viver para lá consciente da situação, porque tem noção que aquela casa que comprou não está na zona de risco. Que se queira aproveitar politicamente desta situação é diferente.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado expôs que não vai apontar responsabilidades de gestão política deste assunto ao Senhor José Pacheco, porque se alguém for responsável é ele, enquanto Vereador, e as suas responsabilidades não as passa para mais ninguém. Quando houve o acidente em Borba, no Alentejo, ligou ao Senhor José Pacheco e não foi ele que lhe ligou, como também ligaria a qualquer pessoa que fosse seu amigo. Se a consciência da Senhora Presidente está tranquila, a sua não está e não se sente descansado com esta situação.

A Senhora Presidente referiu que os proprietários não querem vender as habitações e por isso não pode ser responsabilizada.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que percebeu pelas explicações da Senhora Presidente que ela está tranquila e que não vai fazer nada sobre o assunto, por entender que o mesmo está resolvido. Acrescentou que é para ficar registado em ata esta situação.

A Senhora Presidente disse que a Câmara Municipal fará aquilo que tiver que fazer, na altura que for necessário. Neste momento têm um relatório do LREC que diz que não há agravamento da situação, não quer dizer que se daqui a 2 anos, quando for feita uma nova reavaliação, não haja agravamento e nessa altura tomará as devidas providências.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado disse que os relatórios do LREC, nunca vão dizer taxativamente “põe ou tira”, pois, os relatórios são cinzentos. O LREC recebe o dinheiro do relatório e arruma o relatório. O LREC não foi analisar o talude, não subiu o talude para verificar se as árvores estão em perigo e se é preciso cortá-las. Não acredita que tenham feito esse tipo de levantamento.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado solicitou cópia dos relatórios do LREC, deste ano de 2018 e do ano de 2011.

A Senhora Presidente disse, novamente, que se as pessoas não querem vender é uma opção delas, não há agravamento da situação e há medidas de precaução em vigor. Não quer dizer que se amanhã a situação se agravar, os proprietários não mudem de opinião, após novo contacto da Câmara Municipal.

Referiu, ainda, que há notícias que estão sendo feitas que contribuem para que pensem que está tudo em risco, quando tais notícias não correspondem à realidade. Há negócios que já foram desfeitos, de compra de habitações na zona envolvente, devido à má informação.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado disse que é bom que se dê o devido alarme à situação, para as pessoas não serem acusadas de serem cúmplices da situação e que já sabiam do assunto. Acrescentou que haviam umas pequenas construções para animais,



contíguas ao talude, ou seja, a nascente da Rua de São José, que foram desaparecendo ao longo dos anos, por deslizamentos que foram acontecendo, o que mostra que aquela situação não está estável.

A Senhora Presidente deu o exemplo que referiu na última sessão da Assembleia Municipal. A situação das Lombas no Concelho da Povoação que estão também todas em risco. Não é técnica do LREC, mas acredita no trabalho dos técnicos daquele Laboratório. No dia em que eles errarem também está aqui para acusar.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira comentou que todos querem o bem e que o mal nunca aconteça.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado apresentou e explicou um desenho de modelo de derrocada, que se junta à presente ata para dela fazer parte integrante como documento anexo sob o número 1.

A Senhora Presidente concluiu dizendo que quando o relatório do LREC indicar que a situação manifestamente se agravou, tomarão as medidas necessárias.

A Câmara tomou conhecimento.

### **MONDA TÉRMICA:**

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado questionou se foi feito concurso para a prestação de serviço de monda térmica e se é a única empresa que faz aquele tipo de serviço.

A Senhora Presidente respondeu que foi feito um ajuste direto com a única empresa que, neste momento, presta aquele tipo de serviço. Aquela empresa presta também serviço em outras Câmaras Municipais da Ilha de São Miguel e à AMISM.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado solicitou informação sobre o acordo que foi estabelecido com aquela empresa.

A Senhora Presidente informou que até ao final deste ano de 2018 foi feito um ajuste direto através de requisição. No início de janeiro será enviado um convite para apresentação de proposta. O pagamento é efetuado pelas horas despendidas e o custo hora é de 25,00 €.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado perguntou se a Câmara Municipal já pensou em comprar equipamento próprio para efetuar aquele serviço.

A Senhora Presidente respondeu que já pensaram no assunto, mas teriam que afetar uma viatura a tempo inteiro e pessoal àquele serviço. Com a falta de recursos humanos que a Câmara Municipal tem, entenderam que o "outsourcing" é o melhor modelo.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado comentou que lhe incomoda este procedimento porque considera elevado o valor a pagar.

A Senhora Presidente disse que apurando todos os custos a afetar àquele serviço estes seriam idênticos. Teria de adquirir uma nova viatura só para esse serviço. Mais informou que



há constrangimentos na contratação de pessoal, a Câmara Municipal recorre aos diversos Programas de Emprego do Governo Regional e não vai criar um novo serviço para daqui a um ano não ter pessoal para o executar. Ao contratar o serviço àquela empresa não deixa de ser uma promoção à economia.

A Câmara tomou conhecimento.

### **ORDEM DO DIA:**

### **PRESIDÊNCIA:**

### **PONTO N.º 1 – INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE AS ATIVIDADES CAMARÁRIAS E DE INTERESSE MUNICIPAL:**

A Senhora Presidente da Câmara apresentou a informação sobre as atividades Camarárias e de interesse Municipal, com os seguintes assuntos:

- Município de Lagoa distinguido por Boas Práticas na Promoção do Desporto;
- Alunos Lagoenses elaboram Calendário 2019 que retrata a Igualdade;
- Freguesia de Santa Cruz recebeu Feira Solidária de Natal 2018;
- Câmara da Lagoa valorizou Comércio Local este Natal;
- Bairro de São Pedro e da Longueira na Lagoa com Árvore de Natal original;
- Câmara da Lagoa promoveu Concerto de Natal na Igreja Matriz de Santa Cruz;
- Ténis de Mesa disputado em 4 dias intensivos na Lagoa;
- Câmara da Lagoa distribuiu mais de 300 cabazes de Natal;
- Câmara da Lagoa usa sistema de monda térmica para controlo de infestantes nas zonas urbanas.

A Câmara tomou conhecimento.

### **UNIDADE ORGÂNICA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL:**

### **SUBUNIDADE ORGÂNICA DE EXPEDIENTE GERAL, CONTRATAÇÃO PÚBLICA E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS:**





**PONTO N.º 2 – PROPOSTA - ADESÃO DO MUNICÍPIO DE LAGOA À RNCE - REDE NACIONAL DE CIDADES EXPERIMENTAIS:**

A Senhora Presidente apresentou a proposta subscrita pelo Senhor Vereador Nelson Santos, sobre a adesão do Município de Lagoa à RNCE - Rede Nacional de Cidades Experimentais, que abaixo se transcreve:

“Considerando que:

A RNCE - Rede Nacional de Cidades Experimentais surge como uma rede de experimentação de tecnologia para smart cities, completando o ciclo de desenvolvimento iniciado pelo programa da BIG Smart Cities - de pré-aceleração e aceleração de ideias, projetos e startups;

Tem como objetivo ligar Municípios às melhores startups nacionais e internacionais que estão a usar a tecnologia para melhorar a vida das pessoas que vivem, estudam, trabalham e visitam as cidades;

A RNCE facilitará a curadoria de quais as startups inscritas na Rede que vão melhor de encontro às áreas identificadas pelo Município e a aproximação entre as duas entidades, conseguindo assim ter a tecnologia a ser testada, em contexto real e ao serviço dos cidadãos;

A adesão do Município à RNCE corresponde uma quota anual de 1.000,00 € (mil euros), estando o primeiro ano isento.

Assim, proponho que a Câmara Municipal delibere submeter a presente proposta à Assembleia Municipal para autorizar o Município de Lagoa – Açores a aderir à RNCE - Rede Nacional de Cidades Experimentais.”

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com três votos a favor dos membros do Partido Socialista e duas abstenções dos Senhores Vereadores Carlos Augusto Furtado e Roberto Oliveira:

1.º Submeter a presente proposta à Assembleia Municipal, para autorizar o Município de Lagoa – Açores, a aderir à RNCE - Rede Nacional de Cidades Experimentais;

2.º Encarregar os serviços de darem o devido andamento ao processo.

**PONTO N.º 3 – PROPOSTA – ATRIBUIÇÃO DE APOIO AO NELAG - NÚCLEO DE EMPRESÁRIOS DE LAGOA:**

Foi presente o pedido de apoio do NELAG - Núcleo de Empresários de Lagoa, que abaixo se transcreve:

“Considerando a dinamização decorrente da realização da II Edição da Corrida São Silvestre da Cidade de Lagoa, no próximo dia 29 de dezembro, o NELAG sugere que V. Exa. que envolva o comércio local na dinamização do evento.



Assim, e considerando o impacto que a 1.ª Edição teve na comunidade propomos que, para cada uma das categorias, haja a atribuição de um voucher de 20,00€ no comércio local. Este valor seria suportado pela autarquia, dando a possibilidade aos comerciantes de caso considerassem oportuno, majorarem este valor contribuindo com mais alguma verba que seria inscrita no voucher a entregar no pódio pelo próprio comerciante.

À categoria rainha (séniores masculinos) seria atribuído voucher de maior valor, sendo os restantes distribuídos pelos diferentes escalões.

Esta simples medida permitiria a dinamização do comércio local em torno de um evento que, pela sua mediatização e atração de pessoas de fora do concelho, representaria uma mais-valia para os comerciantes da área da Cidade de Lagoa.”

Pelo Senhor Vereador Nelson Santos, responsável pela área, foi exarado o seguinte despacho: “À reunião de Câmara para decisão, propondo a atribuição de apoio no valor de 440,00 € (quatrocentos e quarenta euros)”.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira solicitou esclarecimentos sobre o assunto.

O Senhor Vereador Nelson Santos explicou o assunto apresentado. Informou que para cada vencedor das categorias da II Edição da São Silvestre, que irá decorrer no próximo dia 29 de dezembro junto ao edifício do Nonagon e do Expolab, será atribuído um voucher no valor de 20,00 €, para utilização no comércio Lagoense, como forma de dinamização do comércio local. Mais informou que a I Edição da São Silvestre ocorreu em 2016 e foi entendido que realizar-se-ia de 2 em 2 anos. O Senhor Vereador Nelson Santos apresentou o mapa com o percurso da corrida que irá contar para o Campeonato de Estrada da Associação de Atletismo de São Miguel.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

1.º Aprovar a atribuição do apoio financeiro, no valor de 440,00 € (quatrocentos e quarenta euros), ao NELAG - Núcleo de Empresários de Lagoa;

2.º Dar conhecimento desta deliberação à Subunidade Orgânica de Contabilidade e ao NELAG - Núcleo de Empresários de Lagoa.

#### **PONTO N.º 4 – PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE FUNCIONAMENTO DO CENTRO DE RECOLHA OFICIAL DE LAGOA – AÇORES:**

Foi presente a proposta de alteração ao Regulamento Municipal de Funcionamento do Centro de Recolha Oficial de Lagoa – Açores, que abaixo se transcreve:

“- Considerando a importância crescente dos animais de companhia na sociedade e a sua contribuição para a melhoria da qualidade de vida, verifica-se que tem havido uma preocupação crescente em garantir uma proteção reforçada e um maior respeito pelo bem-estar dos animais, enquanto seres dotados de sensibilidade, aliado à promoção de uma



conduta cada vez mais responsável por parte dos detentores dos animais, em especial os de companhia, preocupação esta que se encontra explanada na ordem jurídica comunitária e nacional;

- Considerando que a existência de um serviço municipal de acolhimento provisório de animais de companhia é uma medida necessária com vista a reduzir o número de animais abandonados e vadios na via pública, garantindo valores como a segurança e a tranquilidade de pessoas e de outros animais, e, ainda, a segurança de bens;
  - Considerando que as câmaras municipais são competentes para proceder à captura, alojamento e abate de canídeos e felinos e para deliberar sobre a deambulação e extinção de animais nocivos, em conformidade com o disposto nas alíneas ii) e jj) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
  - Considerando que as medidas que disciplinam a detenção, o alojamento, a captura e o abate de animais de companhia, encontram-se estabelecidas no Decreto-Lei n.º 276/2001, de 17 de outubro, na sua atual redação;
  - Considerando o Decreto Legislativo Regional 12/2016/A, de 8 de julho de 2016, que estabelece as medidas de controlo da população de animais de companhia ou errantes e determina a proibição do abate de animais de companhia e de animais errantes na Região Autónoma dos Açores em 2022, bem como medidas de redução e controlo dos mesmos;
- Proponho a alteração ao Regulamento Municipal de Funcionamento do Centro de Recolha Oficial de Lagoa – Açores.”

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que não concorda que a taxa referida nos pontos 6 e 11 do Anexo I - Tabela de Taxas, para alojamento diário, no valor de 5,90 €, seja igual para cães e gatos e animais de espécies pecuárias. Em sua opinião, aquela taxa está desproporcional e devia de ser revista porque os custos são diferentes, desde a alimentação à manutenção dos espaços.

O Senhor Vereador Nelson Santos explicou a proposta apresentada de alteração ao Regulamento Municipal de Funcionamento do Centro de Recolha Oficial de Lagoa – Açores. Informou que resulta de uma atualização face à legislação em vigor e as taxas a aplicar estão fundamentadas no próprio Regulamento.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira questionou se no futuro se prevê uma maior ou menor ocupação de animais, no Centro de Recolha Oficial de Lagoa – Açores.

A Senhora Presidente referiu que face às obrigações legais por parte dos proprietários dos animais, a tendência será de diminuir.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com quatro votos a favor, sendo três dos membros do Partido Socialista e um do Senhor Vereador Roberto Oliveira e uma abstenção do Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado:



1.º Concordar com a alteração ao Regulamento Municipal de Funcionamento do Centro de Recolha Oficial de Lagoa – Açores;

2.º Submeter à apreciação pública o Projeto do referido Regulamento, nos termos do Código de Procedimento Administrativo, pelo prazo de 30 dias, contados da data da publicação do aviso no Diário da República II Série;

3.º Encarregar os respetivos serviços de darem o devido andamento.

### **SUBUNIDADE ORGÂNICA DE TESOURARIA:**

#### **PONTO N.º 5 – RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA:**

Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria do dia 27 de dezembro do ano em curso que apresenta um saldo de Dotações Orçamentais de 528.046,11 € (quinhentos e vinte e oito mil quarenta e seis euros e onze cêntimos).

A Senhora Presidente informou que a Câmara Municipal de Lagoa irá encerrar o ano de 2018 sem dívidas a fornecedores e sem utilização do empréstimo a curto prazo que foi autorizado para o ano de 2018.

A Câmara tomou conhecimento.

### **UNIDADE ORGÂNICA GESTÃO URBANA E DE INFRAESTRUTURAS:**

#### **SUBUNIDADE ORGÂNICA DE OBRAS PARTICULARES E LOTEAMENTOS:**

#### **PONTO N.º 6 – PEDIDO DE CERTIDÃO DE COMPROPRIEDADE – CANADA DO GINJAL – ROSÁRIO / AREEIROS – CABOUÇO:**

Foi presente à Câmara o requerimento apresentado por Guilherme Botelho de Oliveira e Silva, residente na Rua Ilha do Faial n.º 16, freguesia de São Sebastião, Concelho de Ponta Delgada e Rodrigo Botelho de Oliveira e Silva, residente na Rua António Costa Pereira n.º 26, hab 304, freguesia de São Mamede Infesta, Concelho de Matosinhos, na qualidade de futuros proprietários, solicitando nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 setembro, na redação dada pela Lei n.º 64/2003, de 23 agosto, parecer sobre a constituição de compropriedade, com vista à celebração de escritura de partilha dos seguintes prédios: prédio rústico sito na Canada do Ginjal, freguesia de Nossa Senhora do Rosário, deste Concelho, com a área de 3.680,00 m2, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 12 Seção J e descrito na Conservatória do Registo Predial de Lagoa sob o número 2030/19951222; e o prédio rústico sito aos Areeiros, freguesia do Cabouco, deste Concelho, com a área de 2.600,00 m2, inscrito na matriz predial



rústica sob o artigo 23 Seção B e descrito na Conservatória do Registo Predial de Lagoa sob o número 505/19951222.

Após análise do pedido e informação técnica que abaixo se transcreve:

“Relativamente ao assunto em epígrafe cumpre-me informar do seguinte:

O requerente requer parecer favorável nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 setembro na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 64/2003, de 23 agosto, em regime de compropriedade, com vista à celebração duma escritura de partilha conjunta dos seguintes prédios:

- Prédio rústico sito à canada do Ginjal, inscrito na Conservatória do Registo Predial de Lagoa sob o n.º 2030, e na matriz predial rústica sob o artigo matricial n.º 12, seção J da freguesia do Rosário.

- Prédio rústico sito em Areeiros, inscrito na Conservatória do Registo Predial de Lagoa sob o n.º 505, e na matriz predial rústica sob o artigo matricial n.º 23, seção B da freguesia do Cabouco.

À que referir do pedido de partilha do aludido prédio, não resultar parcelamento físico, nem jurídico do mesmo, ou que a presente constituição de compropriedade possa contrariar um qualquer instrumento de gestão territorial, ao abrigo do n.º 2 do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 setembro, na sua atual redação.

O Gabinete Técnico desta autarquia nada tem a opor à constituição da compropriedade.”

A Câmara deliberou, por unanimidade, não haver inconveniente no pedido acima indicado.

#### **PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:**

Atendendo que foi a última reunião do mês, seguiu-se um período de intervenção aberto ao público que por não estar ninguém presente com direito a intervir, foi o mesmo dado por encerrado.

#### **APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:**

De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata em minuta, a fim das respetivas deliberações produzirem efeitos imediatos.



**ENCERRAMENTO:**

E não havendo mais nada a tratar, sendo 10:47 horas, a Senhora Presidente da Câmara Municipal desejou votos de um Bom Ano de 2019 para todos e deu por encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata que depois de lida foi aprovada e assinada nos termos da Lei.

E eu  , Técnica Superior, do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos, a redigi e assino.

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

  
CRISTINA DE FÁTIMA SILVA CALISTO

